



AUTORIDADE BANCÁRIA EUROPEIA

**RESUMO DO RELATÓRIO
ANUAL DE 2022**

Photo credits: European Banking Authority on pages: 3, 20.
Illustration credits: Canva on pages: 4, 8, 9, 12, 13, 15, 18.

PDF ISBN 978-92-9245-877-5 ISSN 1977-897X doi:10.2853/651794 DZ-AA-23-001-PT-N

Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2023

© Autoridade bancária europeia, 2023
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

RESUMO DO RELATÓRIO ANUAL DE 2022

Introdução do Presidente e do Diretor Executivo da EBA



Em 2022, o mundo enfrentou inúmeros desafios. A invasão russa da Ucrânia desencadeou uma crise humanitária mundial e prejudicou a economia. Além disso, a mudança para taxas de juro mais elevadas afetou os valores dos ativos e a qualidade do crédito. A aplicação das regras de Basileia III e da regulamentação bancária da União Europeia (UE) tornou-se vital para a resiliência do setor bancário.

A transformação digital na banca e nos pagamentos da UE foi reconhecida como uma área de foco significativo. As instituições financeiras foram encorajadas a adotar tecnologias inovadoras de forma responsável, equilibrando os riscos e as oportunidades. Iniciativas regulamentares como a Lei da Resiliência Operacional Digital (DORA) e o Regulamento dos Mercados de Ativos Criptográficos (MiCA) visavam reforçar a resiliência operacional e salvaguardar a estabilidade financeira, promovendo simultaneamente a inovação.

A revisão da Diretiva relativa aos serviços de pagamento (DSP 3) procurou harmonizar o mercado de pagamentos e evitar a arbitragem regulamentar. O objetivo geral era criar um quadro regulamentar e de supervisão robusto que apoie a transição para uma economia mais sustentável, assegurando simultaneamente a resiliência do setor bancário.

Os fatores ambientais, sociais e de governação (ASG) foram considerados críticos para um futuro sustentável, com os esforços em curso para os integrar no setor bancário. Os fatores ambientais, sociais e de governação foram reconhecidos como fundamentais na definição do papel do setor financeiro no combate às alterações climáticas e na promoção da sustentabilidade. Estão em curso esforços para integrar os aspetos ASG no setor bancário da UE, centrados na gestão dos riscos, na divulgação de informações, nas práticas de supervisão, nos testes de resistência às alterações climáticas e no quadro prudencial. O objetivo era evitar o branqueamento ecológico e abordar todas as dimensões dos ASG para um futuro sustentável.

JOSÉ MANUEL CAMPA



Em 2022, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) enfrentou mais um ano difícil, num contexto de incertezas económicas mundiais e de acontecimentos inesperados, como o conflito em curso na Ucrânia. Apesar destes obstáculos, a EBA conseguiu realizar 95 % das tarefas descritas no seu programa de trabalho para 2022. Esta realização foi atribuída à dedicação e agilidade do seu pessoal, à melhoria dos processos operacionais e a uma nova política de mobilidade interna.

Um dos principais objetivos foi o reforço da utilização de dados bancários e financeiros. A EBA pretendia tornar-se uma fonte de dados fiável, expandindo a plataforma da Infraestrutura Europeia Centralizada de Dados de Supervisão (EUCLID) e contribuindo para a estratégia de dados da Comissão Europeia.

A sustentabilidade continuou a ser central, com a EBA a investigar os riscos ASG, incorporando-os na regulamentação e na consecução dos seus objetivos ambientais. A igualdade de género foi ativamente promovida.

Em termos de inovação, a EBA melhorou as ferramentas de colaboração e iniciou um programa de computação em nuvem, garantindo uma segurança robusta dos dados.

Em termos prospetivos, a EBA continuará a trabalhar na regulamentação prudencial, alargará os instrumentos de identificação dos riscos, preparar-se-á para as alterações regulamentares e prestará assistência na criação de uma autoridade da UE de combate ao branqueamento de capitais (AML). A organização está confiante nas suas capacidades e na infraestrutura moderna.

FRANÇOIS-LOUIS MICHAUD

Realizações em 2022

Avaliação da solidez dos bancos da UE

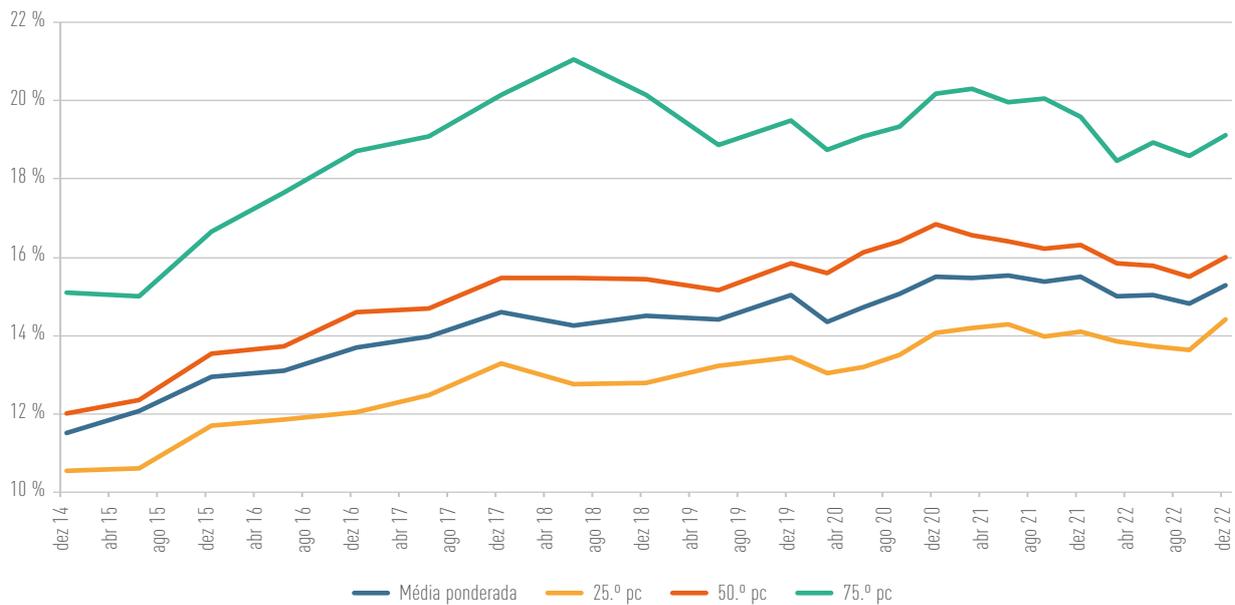


Análise dos riscos e vulnerabilidades

A EBA desempenha um papel crucial na avaliação da robustez dos bancos da UE e na identificação de riscos e vulnerabilidades no setor bancário. A EBA examina informações quantitativas e qualitativas, incluindo dados comunicados pelos bancos e a evolução do mercado, para avaliar fatores como a solvabilidade, a liquidez, o risco de crédito, a rentabilidade e a viabilidade dos modelos de negócio dos bancos.

O relatório [de avaliação do risco](#) de 2022 mostrou que, em 2022, as instituições de crédito da UE mantiveram rácios de capital elevados, com um rácio médio de fundos próprios principais de nível 1 (Common Equity Tier 1

— CET1) de 15,3 %. Apresentavam também rácios de alavancagem confortáveis e níveis de liquidez mais elevados. No entanto, alguns bancos registaram grandes levantamentos devido à falta de confiança, o que sublinha a necessidade de uma vigilância contínua. O relatório concluiu igualmente que os bancos da UE pretendiam aumentar o financiamento baseado no mercado, mas enfrentaram desafios para satisfazer os requisitos de financiamento, especialmente com a maior restritividade das políticas monetárias e a necessidade de reembolsar os empréstimos do banco central e cumprir os requisitos regulamentares mínimos. O relatório salientou igualmente o risco de desfasamento entre moedas no financiamento em moeda estrangeira.

Figura 1: Rácio de fundos próprios principais de nível 1 (avaliações completa)

O [Relatório sobre a Oneração dos Ativos](#) indicou que os bancos fizeram uma utilização extensiva do financiamento do banco central em 2021, conduzindo a um aumento do rácio de oneração global. No entanto, no final de 2022, o rácio de oneração de ativos tinha diminuído para 25,8 % devido a uma diminuição dos ativos onerados e das garantias.

Principais riscos identificados nos painéis de risco de 2022

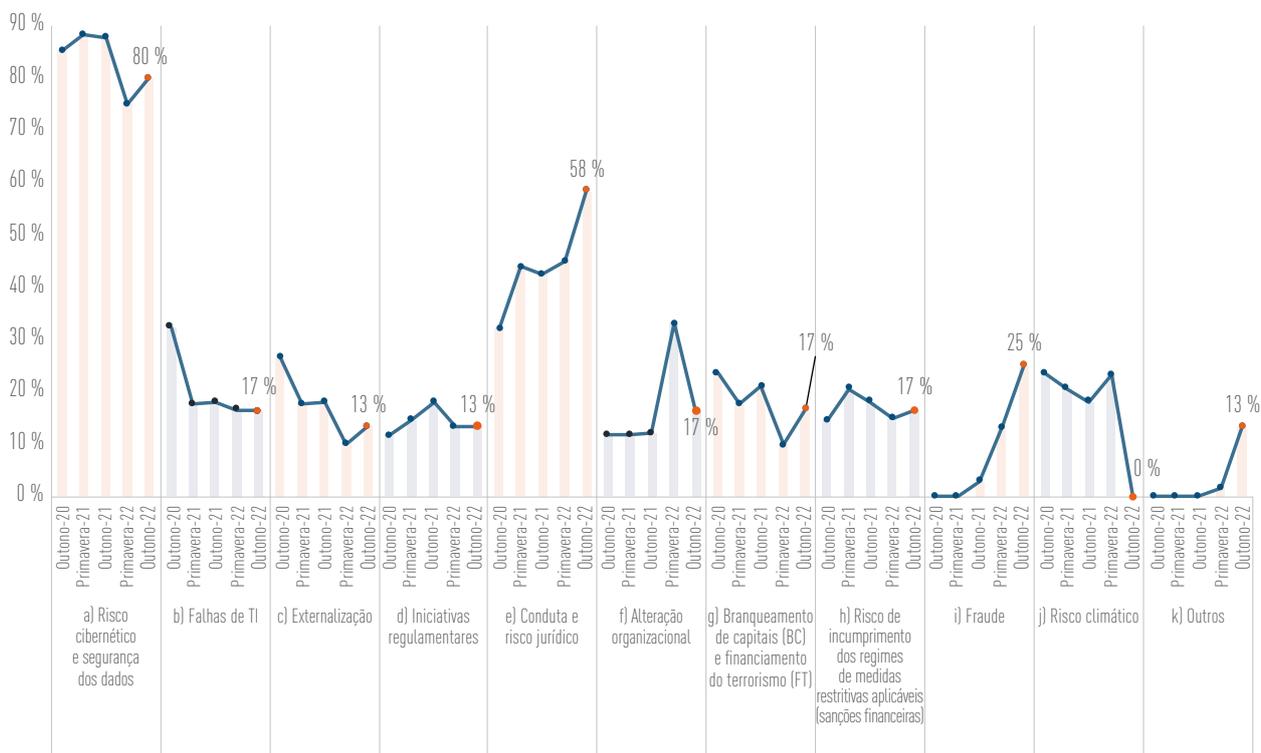
O [painel de riscos](#) da EBA destacou vários riscos principais em 2022, incluindo as tendências da qualidade dos ativos e das exposições sobre empréstimos. Embora os bancos da UE tenham expandido as suas exposições aos empréstimos, a procura de empréstimos foi limitada no segundo semestre do ano, devido ao aumento das taxas de juro, às pressões inflacionistas e ao aumento da incerteza. A exposição do setor da energia aumentou, levando a necessidades de liquidez e a uma concentração de exposições em alguns bancos. A qualidade dos ativos melhorou em termos globais, mas o risco de crédito, em espe-

cial dos créditos não produtivos, necessitava de um acompanhamento atento.

O Painel de Avaliação dos Riscos também identificou riscos nos mercados imobiliários residenciais e comerciais. Os bancos da UE tiveram uma exposição significativa ao imobiliário residencial e, embora a procura de empréstimos hipotecários tenha aumentado, o aumento das taxas de juro e o abrandamento económico reduziram o crescimento. As exposições a imóveis comerciais aumentaram, e o setor enfrentou desafios devido a taxas de juro mais elevadas, ao aumento dos custos da energia e a alterações nas práticas laborais.

A EBA destacou os riscos operacionais, incluindo a digitalização e a utilização das TIC pelas instituições de crédito e pelos seus clientes. Realizou também inquéritos sobre vários riscos, tais como a viabilidade do modelo de negócio, a rentabilidade, a qualidade dos ativos, os riscos de financiamento, o risco de conduta, as considerações ambientais, sociais e de governação, as empresas de tecnologia financeira e a prevenção do branqueamento de capitais.

Figura 2: Perspetiva bancária sobre os principais fatores de risco operacional



Atividades de teste de esforço: reforço da resiliência do setor bancário e da preparação para os riscos climáticos

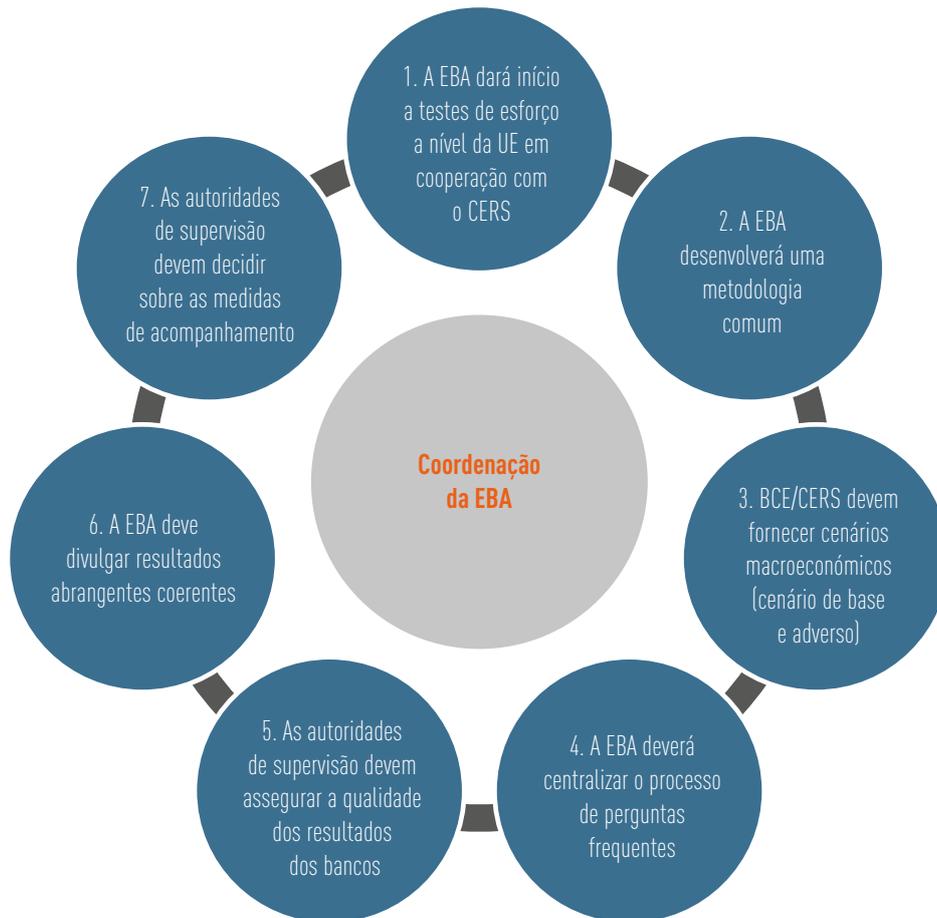
O teste de esforço a nível da UE, um instrumento fundamental para as autoridades competentes, avalia a capacidade de resistência dos bancos da UE a choques graves, apoiando as decisões de supervisão e as estratégias de redução dos riscos. Este processo avalia se a recente acumulação de capital por parte dos bancos pode cobrir perdas e apoiar a economia durante períodos de tensão. A transparência do mercado é também fomentada pela publicação de dados coerentes e específicos das instituições de crédito sobre o impacto de choques comuns.

Os preparativos para o teste de esforço à escala da UE de 2023 concluídos em 2022, incluindo seminários e consultas com a indústria, que

resultaram na [publicação da metodologia e dos modelos dos testes de esforço](#). O exercício de 2023 incluirá uma amostra de dimensão alargada (70 instituições de crédito), com melhorias significativas da metodologia com base em exercícios anteriores. Melhorias notáveis envolvem a incorporação de lições aprendidas, a introdução de rubricas descendentes para as receitas líquidas de honorários e comissões (NFCI) e uma análise setorial aprofundada.

A adição de uma análise setorial direcionada, motivada por acontecimentos como a COVID-19 e a guerra na Ucrânia, exige que os bancos pormenorizem as suas desagregações de exposição por setor económico. Isto promove a credibilidade dos resultados dos testes de esforço. Além disso, o realismo do exercício é reforçado através da recalibração da repercussão da taxa de referência em determinados depósitos.

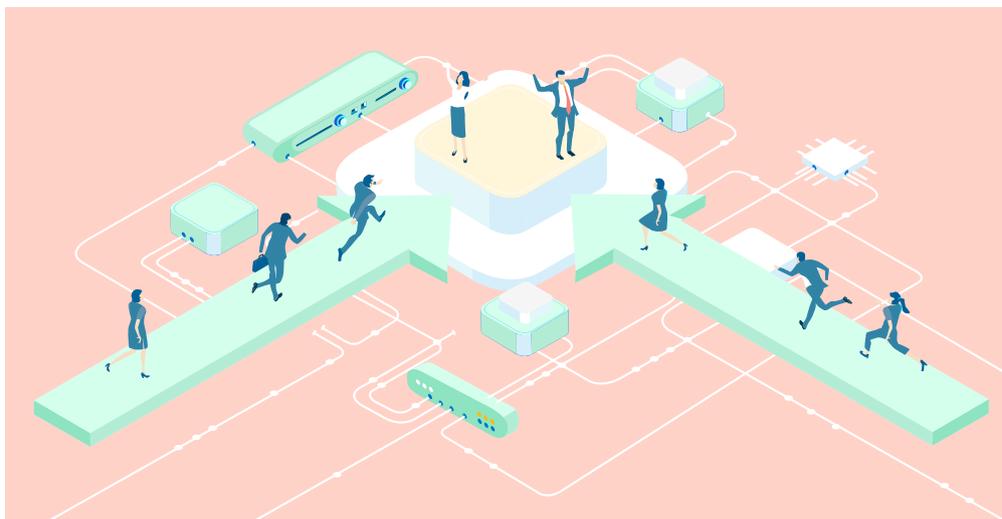
Figura 3: Tarefas e responsabilidades do exercício de teste de esforço



Novos progressos implicam a integração da capacidade de teste de esforço descendente. Em colaboração com o Banco Central Europeu (BCE) e as autoridades competentes, a EBA desenvolveu modelos descendentes, com o modelo NFCI a ser implementado em 2023. Esta abordagem racionaliza as projeções, minimizando a carga de comunicação e assegurando a coerência. A EBA visa maximizar o valor dos resultados e explorar a expansão das abordagens descendentes para outros domínios de risco.

Os mandatos da estratégia de financiamento sustentável da Comissão Europeia levam a EBA a realizar regularmente [testes de resiliência às alterações climáticas](#) e a elaborar orientações para a avaliação dos riscos ASG. A estratégia da EBA inclui a separação dos testes de esforço climáticos dos testes a nível da UE e a adaptação prática dos quadros de testes de esforço. Um seminário orientará o desenvolvimento de quadros de testes de resistência aos riscos climáticos, assegurando a preparação do setor bancário. Além disso, a EBA irá rever as orientações relativas aos testes de esforço, a fim de incluir as alterações climáticas e os impactos ASG a longo prazo.

A resposta da EBA à invasão russa da Ucrânia



A invasão russa da Ucrânia teve impactos significativos no Estado, na sociedade e na economia ucranianos, bem como no setor bancário europeu. A EBA respondeu a estes desafios avaliando o grau de preparação do quadro regulamentar e implementando instrumentos para garantir uma resposta coordenada entre as autoridades de supervisão prudencial.

A avaliação inicial do impacto do conflito no setor bancário da UE revelou que as exposições diretas dos bancos da UE a contrapartes russas e ucranianas representaram riscos idiossincráticos, mas não ameaçaram a estabilidade financeira do mercado da UE. No entanto, os efeitos de segunda ordem, incluindo o aumento da incerteza e as perturbações nas linhas de produção, tiveram um impacto mais substancial. Esta situação conduziu a uma inflação elevada e a uma crise energética, que afetaram o ambiente macroeconómico e colocaram em risco os balanços dos bancos e a estabilidade operacional.

A EBA proporcionou transparência ao informar sobre a evolução das exposições dos bancos à Rússia e à Ucrânia através do seu [painel de controlo do risco](#). Também cooperou com a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (AEVMM) [abordando a questão da volatilidade excessiva nos mercados de derivados de energia](#). A Comissão Europeia solicitou que a EBA se centrasse no papel dos bancos na prestação de serviços de transformação de garantias e na facilitação da prestação de garantias como garantia pelas contrapartes não financeiras, a fim de minimizar os desafios de liquidez enfrentados pelas empresas do setor da energia.

Os bancos desempenharam um papel crucial no apoio às empresas de energia, prestando serviços de compensação de produtos derivados e alargando o crédito a curto prazo para cumprir as obrigações de garantia. No entanto, o aumento dos preços da energia e os problemas de liquidez dificultaram a capacidade dos bancos para continuar a apoiar as empresas do setor energético. A EBA sublinhou a importância de aumentar a transparência em torno dos valores de cobertura adicionais e explorou a utilização das garantias dos bancos como garantias para os membros compensadores.

A EBA tomou várias medidas regulamentares e de supervisão para fazer face aos impactos do conflito no setor bancário. Avaliou os potenciais impactos do conflito no quadro regulamentar, assegurou uma abordagem de supervisão coerente e facilitou a partilha de informações entre os colégios de autoridades de supervisão. A EBA também se centrou na redução do risco e na inclusão financeira, fornecendo orientações para fazer face ao impacto negativo da redução do risco nos clientes vulneráveis e consultando sobre orientações relacionadas com a gestão do risco de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (BC/FT).

Além disso, a [EBA apoiou a aplicação de sanções](#) através da conceção de modelos para a comunicação de informações sobre depósitos abrangidos por sanções económicas. Estes modelos destinavam-se a ser utilizados voluntariamente pelas autoridades nacionais responsáveis pela monitorização das sanções.

De um modo geral, a EBA tem acompanhado ativamente e respondido aos desafios colocados pela invasão russa da Ucrânia, com o ob-

jetivo de salvaguardar a estabilidade do setor bancário europeu e atenuar os impactos nas instituições financeiras e nos seus clientes.

Atualização do quadro prudencial



O Livro Único de Regras

Em 2022, a EBA desempenhou um papel significativo na atualização do quadro prudencial e contribuiu para a [implementação de Basileia III na UE](#). A EBA concentrou-se em garantir a coerência e a eficácia na aplicação das regras prudenciais e de resolução no setor bancário. Também forneceu contributos às partes interessadas para que o quadro regulamentar fosse preparado para o futuro.

Um dos principais domínios abordados pela EBA foi o risco [de taxa de juro no Livro Bancário \(IRRBB\)](#). Desenvolveu [orientações e normas técnicas regulamentares \(NTR\)](#) para captar posições IRRBB e avaliar o risco de spread de crédito. A EBA também acompanhou a implementação destas normas e o seu impacto nas instituições da UE.

A EBA realizou um trabalho de acompanhamento dos fundos próprios, incluindo a implementação do seu parecer sobre instrumentos antigos e a revisão dos instrumentos de CET1 anteriores ao CRR (Regulamento Requisitos de Fundos Próprios). Acompanhou também a capacidade total de absorção de perdas e o requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis (TLAC/MREL) e trabalhou no sentido de assegurar a coerência dos fundos próprios e dos passivos elegíveis entre as instituições.

A implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) 9 foi outro domínio prioritário para a EBA. Acompanhou a implementação da IFRS 9 e a sua interação com os requisitos prudenciais, em particular no que se refere às carteiras com elevado risco de incumprimento. A EBA realizou atividades de recolha de dados e elaborou modelos para avaliar a variabilidade dos resultados das perdas de crédito esperadas e o seu impacto nos rácios prudenciais.

A EBA fez progressos na finalização do quadro para os grandes riscos na UE. Desenvolveu [normas técnicas de regulamentação para identificar as entidades do sistema bancário paralelo e os grupos de clientes ligados entre si](#). Trabalhou também na atualização do quadro para a titularização, incluindo a clarificação das regras de retenção de riscos e o desenvolvimento de critérios para o rótulo simples, transparente e normalizado (STS) para a titularização sintética.

No domínio do risco de ajustamento da avaliação de mercado e de crédito, a EBA finalizou todas as NTR abrangidas pela fase 3 do roteiro da revisão fundamental da carteira de negociação (FRTB). Apoiou a aplicação coerente do Conjunto Único de Regras através de perguntas e respostas e acompanhou a implementação das Orientações sobre risco cambial estrutural.

A EBA também trabalhou na conclusão do seu roteiro para as empresas de investimento, abordando temas como a medição do risco de liquidez, as isenções dos requisitos de liquidez, os acréscimos do Pilar 2 e os procedimentos para o processo de análise e avaliação pelo supervisor (SREP). Prosseguiu os seus trabalhos sobre as infra-estruturas de mercado, nomeadamente sobre a validação dos modelos de margem inicial.

De um modo geral, a EBA desempenhou um papel crucial na construção do conjunto único de regras para o setor bancário na UE, contribuindo para a atualização do quadro prudencial e assegurando a coerência e a eficácia da sua aplicação.

Práticas de supervisão

O Programa Europeu de Exame de Supervisão de 2022 ([ESEP](#)) [centrou-se no reforço das práticas de supervisão na UE](#). A EBA desempenha um papel fundamental na harmonização das abordagens de supervisão através do PEE. Os principais temas a abordar pelas autoridades de supervisão foram alinhados pelas Prioridades Estratégicas de Supervisão da União e incluíram a abordagem ao impacto da COVID-19 na qualidade dos ativos, os riscos das TIC, a transformação digital, os riscos ambientais, sociais e de governação e os riscos de BC/FT. Embora estes temas tenham sido integrados no trabalho de supervisão, as autoridades continuam a desenvolver capacidades para a transformação digital e as avaliações ASG.

Figura 4: Principais tópicos incorporados nas prioridades de supervisão das AC em 2022

<p>ASGImpacto da pandemia de COVID-19 na qualidade dos ativos e no aprovisionamento adequado</p>	 <ul style="list-style-type: none"> • A maioria das AC acompanhou de perto as moratórias existentes, analisou a gestão de ENP e as provisões da instituição, bem como as práticas de concessão de empréstimos.
<p>Risco de segurança das TIC e risco de externalização das TIC, agregação de dados de risco</p>	 <ul style="list-style-type: none"> • A maioria das AC analisou o risco de segurança das TIC e os requisitos de TIC estabelecidos para os prestadores de serviços de externalização.  <ul style="list-style-type: none"> • Cerca de metade das AC não verificaram ou apenas se limitaram a verificar parcialmente as capacidades de agregação de dados sobre o risco
<p>Transformação digital e intervenientes na FinTech</p>	 <ul style="list-style-type: none"> • Mais de metade das autoridades competentes avaliaram a definição da estratégia digital e o papel do órgão de administração.  <ul style="list-style-type: none"> • Quase metade das autoridades competentes reviu integralmente a implementação da estratégia digital e a abordagem às soluções de tecnologia financeira.
<p>ASG</p>	 <ul style="list-style-type: none"> • Quase três quartos das autoridades competentes analisaram a forma como os bancos promovem a compreensão interna dos seus riscos ASG específicos.  <ul style="list-style-type: none"> • Mais de metade das autoridades competentes verificou que a estratégia empresarial/de crédito e o quadro de governação refletem o risco ASGImpacto
<p>CFT/CFT</p>	 <ul style="list-style-type: none"> • A maioria das AC verificou o intercâmbio de informações CBC/CFT na instituição e avaliou o aspeto CBC/CFT como parte das avaliações da adequação dos membros do órgão de administração.

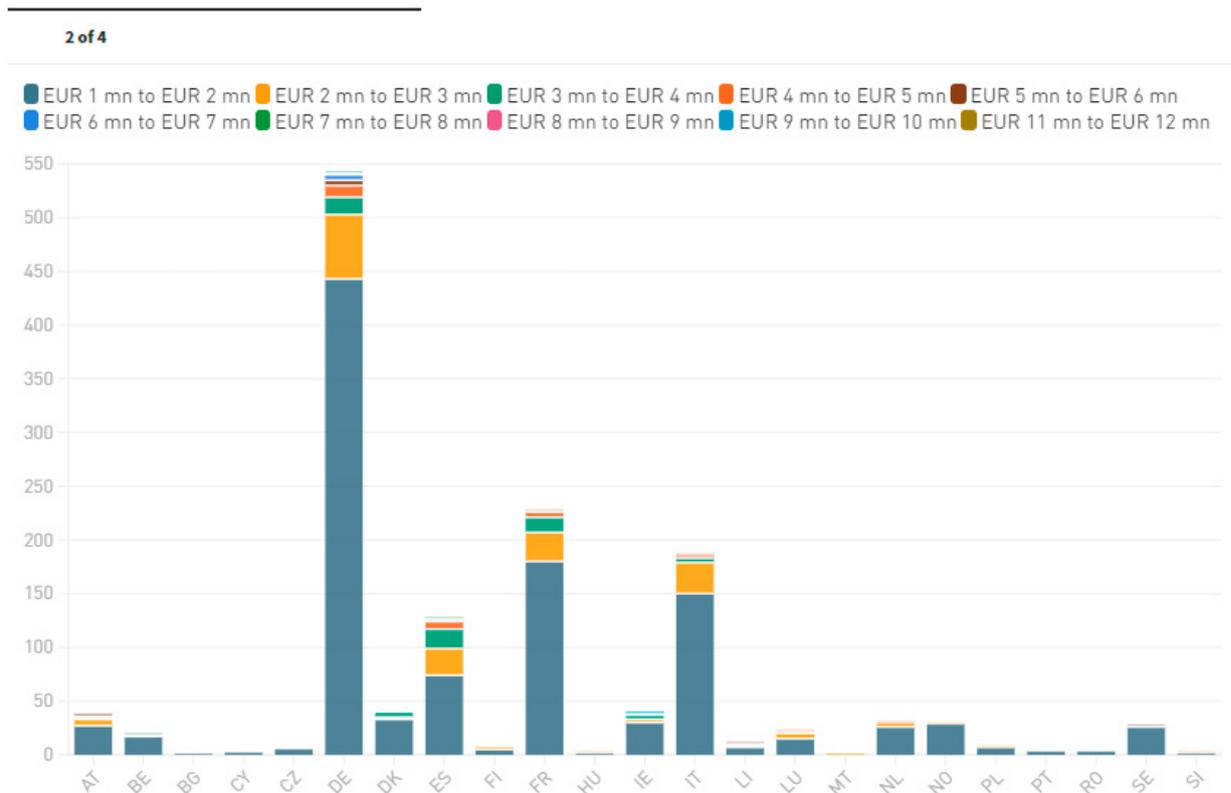
Os colégios de autoridades de supervisão, destinados a promover a cooperação entre as autoridades, funcionaram bem em 2022, com aperfeiçoamentos a partir de 2021. Registaram-se melhorias na distribuição de documentos e nos intercâmbios de indicadores de alerta precoce. Estão previstas melhorias nos aspetos processuais das decisões conjuntas para 2023. Neste contexto, a EBA promove boas práticas partilhadas, ajudando as avaliações transfronteiras e as inspeções conjuntas.

A [avaliação entre pares da EBA](#) concluiu que as autoridades competentes incorporaram as Orientações da EBA relativas à avaliação do risco das TIC em práticas de supervisão, mas os desafios persistiram. As autoridades competentes tiveram dificuldade em criar conhecimentos especializados em matéria de supervisão das TIC, em aplicar a proporcionalidade e integrar a avaliação do risco associado às TIC no processo de supervisão global. A revisão facilitou a partilha de boas práticas e recomendações para o reforço das capacidades e a análise horizontal.

No domínio da governação e da remuneração, a [EBA aperfeiçoou a avaliação comparativa das remunerações na sequência da separação dos quadros regulamentares das instituições e das empresas de investimento](#). A tónica é agora colocada nas disparidades salariais entre homens e mulheres e nas pessoas que

auferem rendimentos elevados, com o objetivo de expor as desigualdades. Um aumento do número de trabalhadores com remunerações superiores a 1 milhão de EUR foi atribuído a um bom desempenho institucional, a deslocações e a aumentos salariais.

Figura 5: Distribuição dos trabalhadores com remunerações elevadas por escalão de pagamento de 1 milhão de EUR e por Estado-Membro



Os esforços para avaliar a aptidão e a idoneidade dos principais membros da instituição financeira levaram ao desenvolvimento de bases de dados e à elaboração de [orientações pelas três Autoridades Europeias de Supervisão \(AES\)](#). A diversidade nos órgãos de administração ganhou atenção pelo seu impacto na tomada de decisões e na assunção de riscos. Embora tenham sido observadas melhorias no equilíbrio de género, os progressos foram lentos. Diversos órgãos de administração demonstraram uma melhor rendibilidade do capital próprio (RdE). A EBA comprometeu-se a prosseguir a monitorização da diversidade e a realizar estudos comparativos.

Quadro de resolução

A EBA está ativamente empenhada na preparação para situações de crise e na melhoria do quadro de resolução de crises. Desenvolveu [orientações para melhorar o planeamento da recuperação e a preparação para situações](#)

[de crise](#). A EBA esforça-se por harmonizar as regras, aumentar a transparência do quadro de resolução, acompanhar os progressos do planeamento da resolução e promover práticas de resolução uniformes.

A EBA emitiu [orientações sobre a resolubilidade e a transferibilidade](#) para normalizar as práticas entre os bancos de resolução. Centrou-se igualmente no ensaio das capacidades desenvolvidas no âmbito das presentes orientações. Os esforços de transparência incluem [consultas sobre a aplicação da recapitalização interna](#) e um roteiro para a melhoria da transparência. O seu relatório anual sobre o défice do requisito mínimo de fundos próprios e de passivos elegíveis (MREL) mostra progressos na resolução dos défices, com um impacto controlável na rentabilidade dos bancos.

No âmbito do [Programa Europeu de Análise da Resolução \(EREP\)](#), a EBA está a promover a partilha de informações e o alinhamento das práticas entre as autoridades de reso-

lução. As áreas prioritárias incluem défices de MREL, gestão da avaliação e liquidez e financiamento. A EBA planeia avaliar a implementação das prioridades de 2022 e partilhar as boas práticas observadas para melhorar o grau de preparação.

Em termos de sistemas de garantia de depósitos (SGD), a EBA reviu as [orientações para reforçar as contribuições baseadas no risco](#) e melhorar os métodos de cálculo. Publicou igualmente dados exaustivos sobre os meios financeiros dos SGD, a cobertura dos depósitos e os meios financeiros qualificados.

Aproveitar a EUCLID: tirar o máximo partido dos dados bancários e financeiros



A [Euclid](#) é a plataforma e a infraestrutura de dados desenvolvida e utilizada pela EBA para recolher e analisar dados regulamentares de um vasto leque de instituições financeiras. Abrange dados de supervisão, resolução, remuneração e pagamentos. Em 2022, a EUCLID registou um crescimento e uma expansão significativos. A EBA começou a recolher dados de supervisão de uma amostra de 55 bancos da UE em 2011 e alargou a amostra de reporte para abranger as 200 maiores instituições de crédito da UE e do Espaço Económico Europeu até 2014. Em 2019, a EBA começou a integrar grupos de resolução e instituições de crédito sujeitas a relatórios de resolução em preparação para a EUCLID. Com a implantação da EUCLID, a EBA começou a recolher dados sobre toda a população de bancos, incluindo cerca de 650 grupos bancários e 4300 instituições de crédito. A população inquirida

foi alargada em 2022 de modo a incluir as empresas de investimento e os grupos de empresas de investimento. Isto levou a um aumento significativo do número de ficheiros de reporte enviados à EBA através da EUCLID.

O âmbito alargado da EUCLID permite à EBA realizar uma análise mais abrangente e pormenorizada dos seus relatórios, painéis e estudos de avaliação de impacto. Apoia a EBA nos seus trabalhos políticos, tais como a elaboração de normas técnicas ou orientações e a apresentação de respostas aos convites à apresentação de pareceres. A EBA mantém interações contínuas com as autoridades nacionais e os responsáveis pela prestação de informação, a fim de assegurar a implementação sem descontinuidades dos fluxos de trabalho e dos processos de garantia de qualidade em toda a cadeia de prestação de informação.

Reforçar a transparência

O reforço da transparência é uma prioridade fundamental para a EBA. A EBA publica vários produtos para divulgar informações bancárias ao público em geral, incluindo o [exercício de transparência à escala da UE](#), dados sobre remuneração e governação e dados sobre práticas de diversidade. O exercício de transparência, realizado desde 2011, promove a disciplina do mercado e a coerência dos números dos bancos da UE. Os resultados do exercício fornecem informações pormenorizadas sobre o capital, a exposição ao risco, os resultados e outras áreas relevantes.

Os dados relativos à remuneração e à governação são recolhidos e publicados para garantir a transparência das práticas de remuneração na UE. A EBA também recolhe dados sobre práticas de diversidade, incluindo políticas de diversidade, objectivos para os géneros sub-representados e informações sobre as disparidades salariais entre homens e mulheres.

Para além da divulgação de dados, a EBA está envolvida no apoio aos mercados de empréstimos não produtivos (NPL), promovendo a normalização dos dados relativos às transações de NPL. Desenvolveu normas técnicas

de execução (NTE) que especificam modelos para a prestação de informações sobre os NPL aquando da sua venda ou transferência. O objetivo é reduzir a assimetria de informação, aumentar a eficiência do mercado e atrair pequenos investidores para os mercados de NPL.

A EBA continuou igualmente a trabalhar no reforço da eficiência do seu quadro de comunicação de informações para fins de supervisão, incluindo esforços no sentido de uma comunicação integrada e da melhoria da disciplina do mercado através de requisitos de divulgação do Pilar 3. Colabora com a Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) para melhorar a Norma do Modelo de Pontos de Dados (DPM).

A fim de satisfazer as expectativas dos utilizadores em matéria de divulgação de dados, a EBA centra-se no reforço do desenvolvimento de ferramentas e no apoio à interpretação e aplicação dos dados fornecidos através da EUCLID. Também interage com os utilizadores para recolher reações e identificar áreas de melhoria. Os futuros esforços de divulgação de dados da EBA envolvem a alavancagem de tecnologias emergentes, tais como ferramentas interativas, painéis e aprendizagem automática, a fim de melhorar a acessibilidade e a análise dos dados.

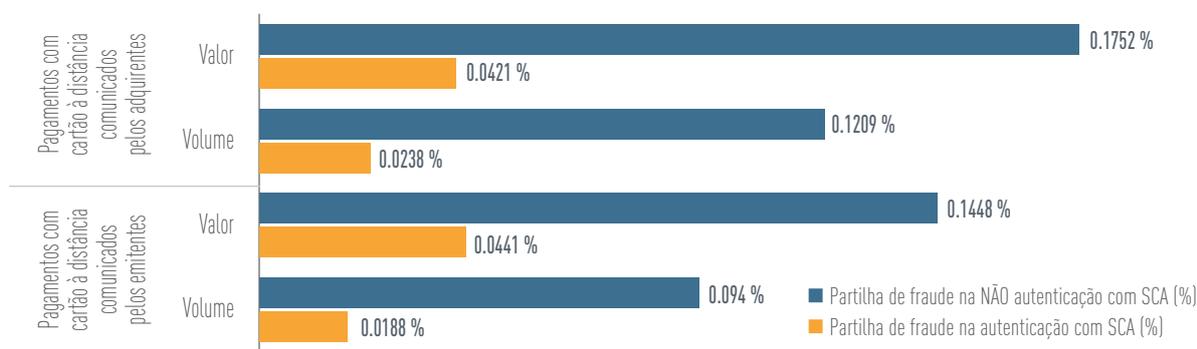
Resiliência digital, inovação financeira e proteção dos consumidores



No domínio da resiliência digital, a EBA e outras AES têm estado ativamente envolvidas na aplicação do Regulamento e da Diretiva Resiliência Operacional Digital (DORA), bem como de outros atos legislativos relacionados com a cibersegurança. Criaram um subcomité para a resiliência operacional digital e coordenaram esforços para harmonizar a cibersegurança e a resiliência em todo o setor financeiro da UE. As AES estão a trabalhar na entrega de mais de 15 produtos políticos à Comissão Europeia durante o período de implementação.

Na digitalização dos serviços de pagamento e da moeda eletrónica, a EBA respondeu ao pedido de aconselhamento da Comissão Europeia sobre a revisão da DSP2, apresentando mais de 200 recomendações para melhorias adicionais. Estas recomendações visam reforçar a concorrência, facilitar a inovação, reduzir a fraude nos pagamentos, proteger o dinheiro e os dados dos consumidores e dar resposta a vários desafios no domínio dos serviços de pagamento.

Figura 6: Taxa de fraude para pagamentos com cartões remotos reportada por emitentes e adquirentes, com e sem SCA



A EBA também emitiu [orientações sobre a exclusão das redes limitadas ao abrigo da DSP2](#), a fim de assegurar uma aplicação harmonizada e coerente dos requisitos legais. Além disso, foram publicadas alterações às normas técnicas de regulamentação relativas à autenticação forte do cliente e à comunicação segura, a fim de reduzir as fricções para os clientes que utilizam serviços de informação sobre contas e alcançar um equilíbrio entre segurança, inovação e concorrência.

No que diz respeito à inovação financeira, a EBA publicou [NTR destinadas a melhorar o panorama para os investidores que utilizam plataformas de financiamento colaborativo](#). Estas NTR centram-se na redução das assimetrias de informação entre os promotores de projetos e os investidores, estabelecendo normas comuns para a avaliação do risco de crédito, a governação e as estruturas de gestão dos riscos.

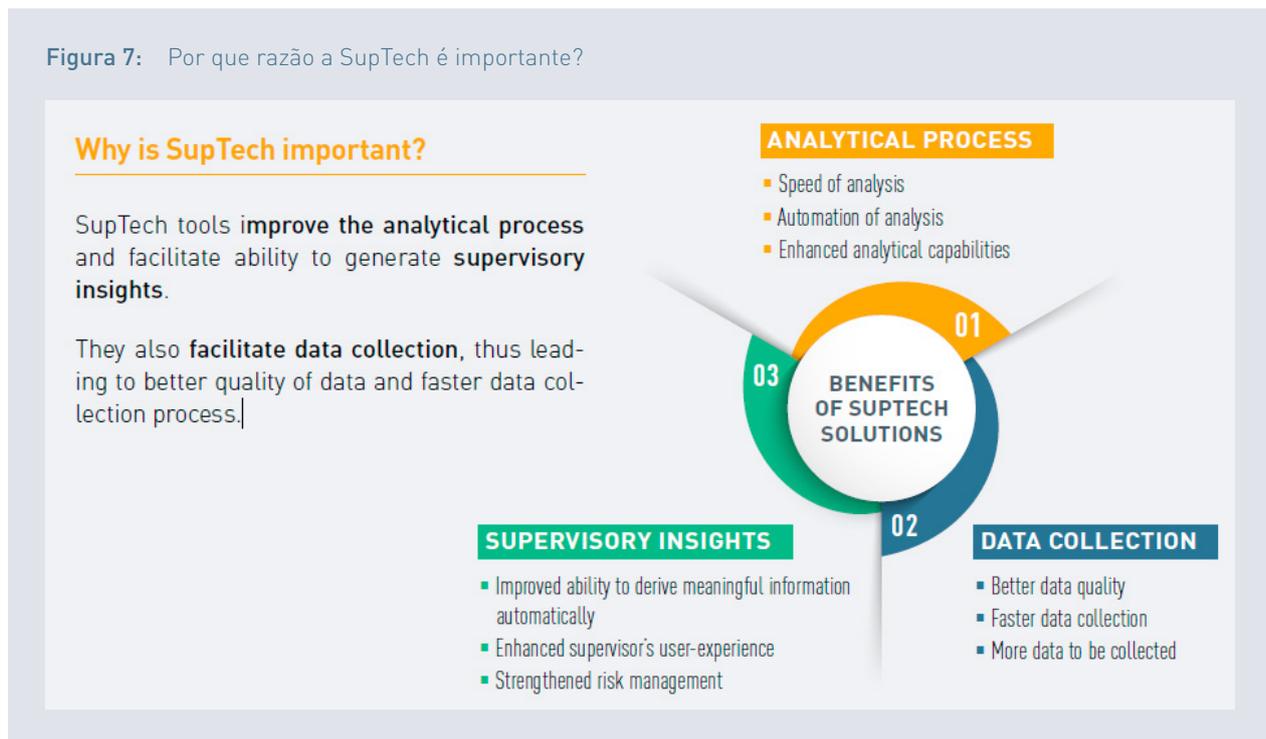
No domínio dos criptoativos, a EBA tem estado ativamente envolvida na aplicação do Regulamento relativo aos mercados de criptoativos (MiCA). Forneceram contributos técnicos, desenvolveram um plano de implementação e

alertaram os consumidores para os riscos associados aos criptoativos. A EBA está também a acompanhar a evolução do mercado de criptoativos, a participar no trabalho de elaboração de normas internacionais e a preparar-se para o seu papel de supervisão no âmbito do MiCA.

A fim de reforçar a capacidade de supervisão para lidar com tecnologias avançadas, a EBA colabora com a ESMA e a EIOPA na Academia da UE para as Finanças Digitais. Este projeto, com a duração de três anos, visa reforçar o pessoal das autoridades competentes através de uma formação abrangente sobre finanças digitais e de seminários práticos sobre regulamentação e supervisão das inovações financeiras.

Além disso, a EBA realizou um estudo sobre a utilização de Tecnologia de Supervisão (SupTech) pelas autoridades competentes na UE. O estudo revelou que as autoridades competentes estão a adotar a SupTech e a utilizar a tecnologia para apoiar vários processos de supervisão, tais como a análise de dados, a colaboração, a elaboração de relatórios e a abordagem de áreas como a supervisão microprudencial, a proteção dos consumidores, o branqueamento de capitais e a resolução.

Figura 7: Por que razão a SupTech é importante?



Em resumo, a EBA e outras AES têm estado ativamente envolvidas na implementação de vários regulamentos e diretivas para reforçar a resiliência digital, melhorar os serviços de

pagamento e a moeda eletrónica, promover a inovação financeira, regular os criptoativos e utilizar a SupTech para uma supervisão mais eficiente.

Combate ao branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo



A EBA implementou um quadro regulamentar abrangente para combater a criminalidade financeira, em especial o BC/FT. Este quadro assegura uma abordagem coerente para

identificar, avaliar e gerir os riscos em todas as áreas de supervisão e ao longo do ciclo de vida das instituições financeiras.

Em 2022, a EBA reforçou este quadro através da emissão de novas orientações sobre aspetos importantes da governação e dos controlos internos do **combate ao branqueamento de capitais** e ao financiamento do terrorismo (CBC/CFT). Também proporcionaram clareza sobre a aplicação das regras CBC/CFT num contexto digital através das orientações relativas à integração de clientes à distância. Além disso, a EBA publicou Orientações para os responsáveis pelo cumprimento da legislação em matéria de combate ao branqueamento de capitais, que estabelecem normas comuns destinadas a reforçar as defesas das instituições em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e a protegê-las contra os abusos dos criminosos financeiros.

A EBA reviu as suas Orientações do SREP a fim de incluir considerações relativas aos riscos de BC/FT, desenvolveu critérios uniformes para a avaliação da gravidade das infrações em matéria de CBC/FT e preparou-se para 10 novos mandatos ao abrigo do Regulamento reformulado relativo à transferência de fundos e criptoativos.

A EBA reviu as abordagens das autoridades competentes para combater o risco de BC/FT nos bancos. As análises centraram-se na cooperação em matéria de supervisão e no papel das autoridades de supervisão prudencial no quadro do combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. As conclusões destas revisões, juntamente

com as recomendações, serão publicadas em 2023. As análises indicaram que, embora fosse dada prioridade à cooperação em matéria de supervisão, esta nem sempre era sistemática ou eficaz, o que dificultava os esforços em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

Para apoiar a aplicação efetiva do quadro do CBC/CFT, a EBA trabalhou no reforço da capacidade de supervisão. Efetuaram avaliações no local das autoridades competentes e forneceram reações e recomendações bilaterais. A EBA também analisou as respostas das autoridades competentes a casos específicos, como o Luanda Leaks, e avaliou as suas abordagens aos riscos de BC/FT no setor das instituições de pagamento.

A EBA promoveu a cooperação e a coordenação entre as autoridades de supervisão dos serviços financeiros da UE para fazer face aos riscos de BC/FT à escala da UE. Acompanharam e apoiaram os colégios da UE em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, trabalharam no domínio da redução injustificada dos riscos e lideraram uma resposta comum aos riscos emergentes de criminalidade financeira na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia. A criação da base de dados central de CBC/CFT, a EuReCa (base de dados central da EBA sobre o CBC/CFT), permitiu o intercâmbio de informações sobre deficiências e medidas corretivas tomadas pelas instituições financeiras.

Figura 8: Tipo de entidades afetadas pelas deficiências materiais comunicadas até 31 de dezembro de 2022

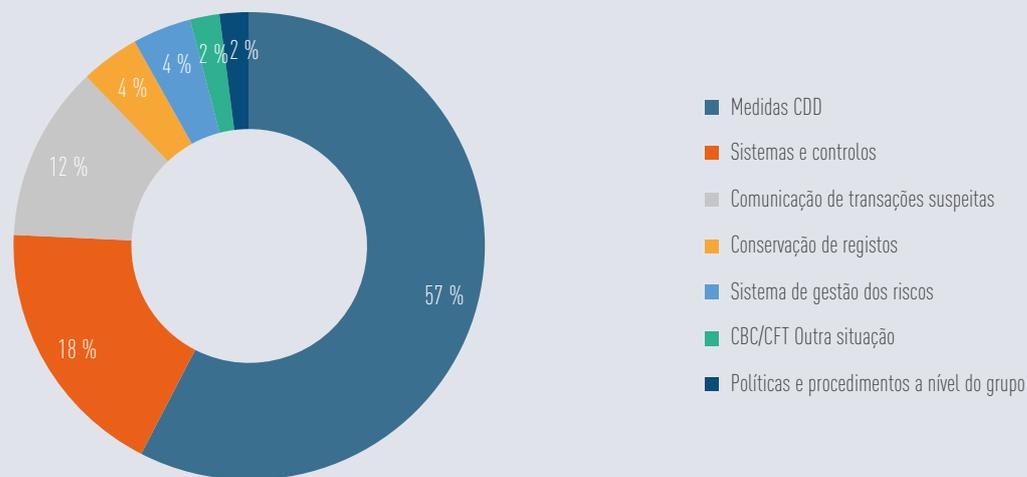
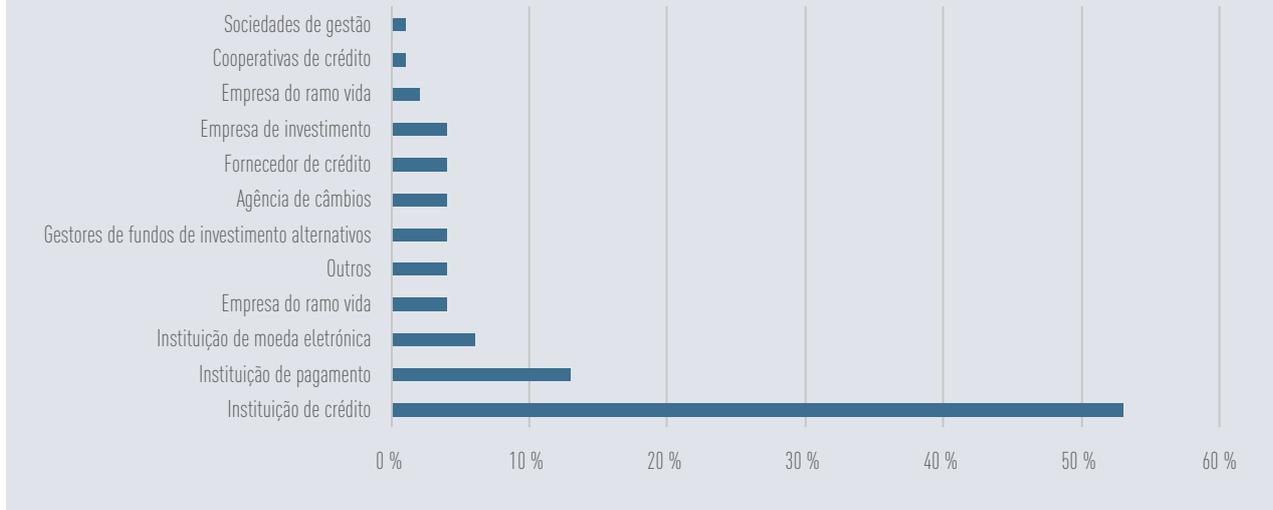


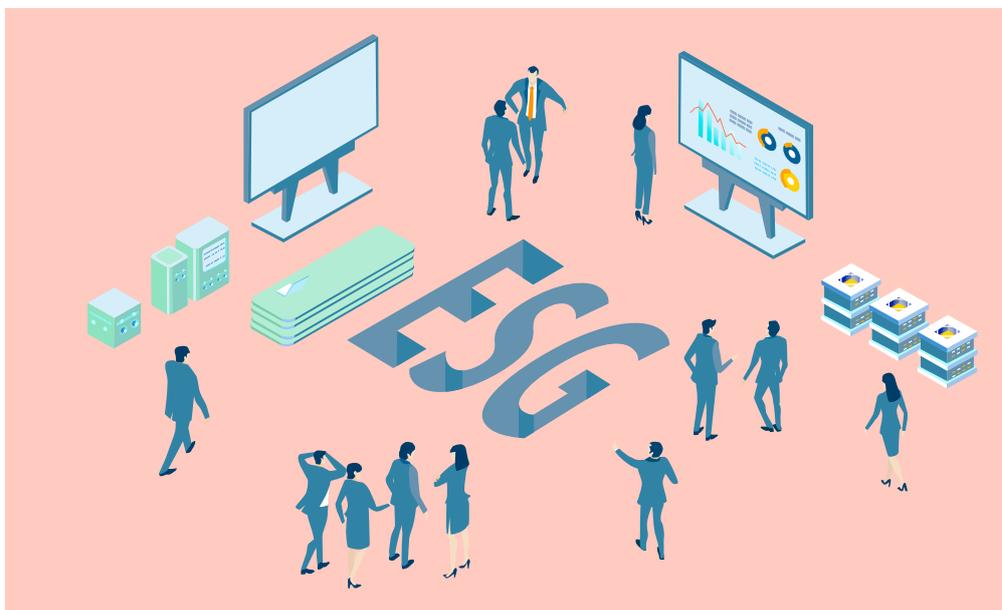
Figura 9: Distribuição das insuficiências materiais apresentadas até 31 de dezembro de 2022 por categoria

A EBA prestou aconselhamento técnico à Comissão Europeia e aos co-legisladores no sentido de reforçar as defesas da UE em matéria de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Salientaram a importância da cooperação em matéria de supervisão e de uma abordagem holística no combate contra a criminalidade financeira. As orientações emitidas pela EBA clarificaram as funções e responsabilidades do responsável pela conformidade em matéria de CBC/CFT e do órgão de administração nas instituições financeiras. As orientações visavam estabelecer um entendimento

comum e promover medidas eficazes de conformidade em matéria de CBC/CFT.

A EBA recolheu reações positivas do setor sobre as orientações sobre o papel dos responsáveis pela conformidade em matéria de combate ao branqueamento de capitais, considerando-as úteis e valiosas para o reforço do seu trabalho. As orientações tornaram-se aplicáveis a partir de 1 de dezembro de 2022, e as autoridades de supervisão da UE confirmaram o seu cumprimento ou a sua intenção de cumprir estas orientações.

Integração dos riscos ASG no quadro de supervisão



O trabalho da EBA no domínio do financiamento sustentável está alinhado com as atividades da UE e internacionais. Contribuiu para a Plataforma de Financiamento Sustentável a nível da UE e participa em iniciativas internacionais, como a Rede para a Ecologização do Sistema Financeiro e o Comité de Basileia de Supervisão Bancária. A EBA coopera com outras autoridades do setor financeiro da UE para assegurar a coerência das ações.

A EBA dá prioridade aos riscos ambientais, sociais e de governação (ASG) e integra-os no quadro regulamentar. A EBA segue uma abordagem abrangente para apoiar a transição da UE para uma economia sustentável. Em 2022, a EBA centrou-se nos testes de esforço relacionados com os ASG, na divulgação de informações, no tratamento prudencial, na gestão do risco, na supervisão e no combate ao branqueamento ecológico.

A EBA publicou um documento de reflexão com o objetivo de obter reações sobre se o tratamento prudencial específico para exposições relacionadas com objetivos ambientais e/ou sociais se justifica. As reações recebidas a este documento de reflexão serão tidas em conta antes da formulação de recomendações políticas num relatório final a publicar em 2023.

No âmbito da supervisão das empresas de investimento, a EBA publicou um relatório que avalia os fatores ASG e os riscos para a supervisão prudencial. O presente relatório estabelece as bases para considerar os aspetos ambientais, sociais e de governação no SREP das empresas de investimento.

Para dar resposta às preocupações relacionadas com o branqueamento ecológico, a EBA, juntamente com outras AES, recolheu contributos através de um convite à apresentação de informações. Esta iniciativa visa definir o «branqueamento ecológico», identificar os riscos e os instrumentos de supervisão e reunir exemplos de potenciais práticas de «branqueamento ecológico». A obtenção de uma compreensão mais granular do «branqueamento ecológico» ajudará a informar a elaboração de políticas e a supervisão e a promover a fiabilidade dos créditos relacionados com a sustentabilidade.

A EBA está a melhorar a gestão dos riscos relacionados com os ASG através da elaboração de orientações sobre a identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos ASG. Este trabalho baseia-se em conclusões de supervisão, quadros internacionais e discussões sobre práticas sólidas de gestão de riscos para os bancos da UE.

A EBA publicou um roteiro renovado sobre o financiamento sustentável, a fim de o alinhar com a evolução do mercado e a evolução da regulamentação. O roteiro abrange a transparência e a divulgação de informações, a gestão dos riscos, a regulamentação prudencial, as normas e rótulos ecológicos, bem como a monitorização do financiamento sustentável e do perfil de risco ASG. Embora o roteiro defina os objetivos e o calendário da EBA, é possível alterar os prazos devido aos desenvolvimentos regulamentares em curso. A EBA continua empenhada em contribuir para os esforços europeus e internacionais para fazer face aos riscos ambientais, sociais e de governação e promover o financiamento sustentável.

Figura 10: Principais objetivos do roteiro da EBA para o financiamento sustentável



Aumentar a eficiência e a eficácia



Em 2022, a EBA centrou-se no reforço da sua eficiência e eficácia através de várias iniciativas. O objetivo era capacitar o seu pessoal, melhorar o envolvimento das partes interessadas, reforçar as iniciativas de investigação, promover o seu trabalho, criar uma organização mais ecológica, melhorar a digitalização e reforçar o processo de perguntas e respostas.

Para capacitar o seu pessoal e assegurar a agilidade organizacional, a EBA centrou-se na atração e no desenvolvimento de pessoas talentosas, na promoção do trabalho em equipa, na mobilização de ferramentas e serviços e no reforço das parcerias. Implementou políticas de mobilidade interna e investiu no desenvolvimento do pessoal e na mobilidade externa através de intercâmbios de pessoal com outras organizações.

A EBA organizou workshops e seminários de investigação de políticas para discutir desafios do setor bancário, reformas regulamentares e tópicos de supervisão. Convidou economistas, investigadores, decisores políticos e académicos para promover o debate e melhorar o processo de elaboração de políticas.

A EBA participou em atividades de comunicação para promover o seu trabalho através do seu sítio Web, de entrevistas à imprensa, de plataformas de redes sociais e da produção de fichas informativas, de infografias e visualizações de dados. Publicou comunicados de imprensa, realizou entrevistas e respondeu a

perguntas para aumentar a sensibilização e a participação. Em termos de envolvimento das partes interessadas, a EBA alargou o seu envolvimento com as principais partes interessadas, como o Conselho da UE, o Parlamento Europeu, outras AES e o Mecanismo Único de Supervisão do BCE. Também contactou novas partes interessadas em áreas como o risco cibernético, a prevenção da criminalidade, a proteção de dados e a concorrência. O objetivo era criar confiança, facilitar a cooperação e assegurar a transparência nos processos regulamentares e de supervisão.

A EBA realizou progressos significativos na criação de uma organização mais ecológica, através da implementação de melhores práticas ambientais e da consecução de objetivos ambientais em domínios como as viagens, o consumo de energia, a gestão de resíduos e a contratação pública. A Autoridade obteve o certificado do Sistema Comunitário de Eco-gestão e Auditoria (EMAS), tornando-se a primeira agência europeia em França a recebê-lo. A comunicação desempenhou um papel crucial na sensibilização para a sustentabilidade e a gestão ambiental.

Para reforçar a gestão do risco, a EBA desenvolveu um quadro de gestão do risco empresarial (ERM), que inclui um registo do risco, uma declaração de apetência pelo risco, uma política de ERM e um documento sobre o ciclo de vida do ERM. Realizou sessões de sensibilização e desenvolveu um conjunto de ins-

trumentos de risco. A EBA identificou riscos estratégicos e implementou medidas de mitigação. O seu objetivo era otimizar o desempenho, cumprir o seu mandato e adotar uma abordagem global da gestão do risco.

A infraestrutura tecnológica e os métodos de colaboração digital foram melhorados para aumentar a satisfação dos utilizadores e a eficiência dos serviços. Foram também salientados os esforços de digitalização, com a EBA a implementar uma plataforma de colaboração utilizando ferramentas Microsoft 365. Esta plataforma facilitou a cooperação interna e externa, o intercâmbio seguro de informações, a retenção de conhecimentos e a melhoria da mobilidade e da eficiência. Reforçou

a segurança, a conformidade e a gestão do acesso dos utilizadores, proporcionando simultaneamente futuras capacidades e a integração com os sistemas antigos.

A EBA efetuou alterações internas para melhorar a eficiência e a responsabilização do seu processo de perguntas e respostas. Comprometeu-se a responder às perguntas das partes interessadas no prazo de 9 meses e aplicou novos critérios de admissibilidade. O processo de perguntas e respostas desempenhou um papel fundamental na prestação de esclarecimentos sobre o Conjunto Único de Regras e na garantia de uma aplicação coerente dos regulamentos e da supervisão.

Prioridades para 2023

- O roteiro ASG
- Preparar a implementação de Basileia III na UE
- Bancos que realizam testes de esforço
- Dados ao serviço das partes interessadas
- Regulamentação e supervisão das finanças digitais
- Próximas etapas no combate da UE ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo

CONTACTAR A UNIÃO EUROPEIA

Pessoalmente

Em toda a União Europeia há centenas de centros Europe Direct. Pode encontrar o endereço do centro mais próximo em linha (european-union.europa.eu/contact-eu/meet-us_pt).

Por telefone ou por escrito

Europe Direct é um serviço que responde a perguntas sobre a União Europeia.

Pode contactar este serviço:

- pelo telefone gratuito: 00 800 6 7 8 9 10 11 (alguns operadores podem cobrar estas chamadas),
- pelo telefone fixo: +32 22999696,
- através do seguinte formulário: european-union.europa.eu/contact-eu/write-us_pt

ENCONTRAR INFORMAÇÕES SOBRE A UNIÃO EUROPEIA

Em linha

Estão disponíveis informações sobre a União Europeia em todas as línguas oficiais no sítio Europa (european-union.europa.eu).

Publicações da União Europeia

As publicações da União Europeia podem ser consultadas ou encomendadas em op.europa.eu/pt/publications. Pode obter exemplares múltiplos de publicações gratuitas contactando o seu centro local Europe Direct ou de documentação (european-union.europa.eu/contact-eu/meet-us_pt).

Legislação da União Europeia e documentos conexos

Para ter acesso à informação jurídica da União Europeia, incluindo toda a legislação da União Europeia desde 1951 em todas as versões linguísticas oficiais, visite o sítio EUR-Lex (eur-lex.europa.eu).

Dados abertos da União Europeia

O portal data.europa.eu dá acesso a conjuntos de dados abertos das instituições, organismos e agências da União Europeia. Os dados podem ser descarregados e reutilizados gratuitamente, para fins tanto comerciais como não comerciais. Este portal também disponibiliza uma série de conjuntos de dados dos países europeus.

EUROPEAN BANKING AUTHORITY

Floor 24-27, Europlaza, 20 avenue André Prothin,
La Défense 4, 92400 Courbevoie, France

Tel. +33 186 52 7000

E-mail: info@eba.europa.eu

<http://www.eba.europa.eu>



■ Serviço das Publicações
da União Europeia